



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS
PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E
REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

REQUERIMENTO Nº 514, DE 2011

RELATÓRIO FINAL

PRESIDENTE: SENADOR VITAL DO RÊGO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CÍCERO LUCENA

RELATOR: SENADOR HUMBERTO COSTA

Brasília

Dezembro de 2014

SUMÁRIO

Apresentação	3
I. Histórico e composição.....	6
II. Plano de Trabalho	8
II.1 Cronograma das obras	8
II.2 Questão regulatória.....	11
III. Audiências públicas realizadas	15
III.1 Ministério da Integração Nacional, Ministério da Defesa e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (dezembro de 2012) .	16
III.2 Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União (dezembro de 2012).....	17
III.3 Empresas contratadas (fevereiro de 2013)	19
III.4 Audiência Pública em Serra Talhada (PE) (agosto de 2013)	20
III.5 Ministério da Integração Nacional (dezembro de 2013)	21
III.6 Ministério da Integração Nacional, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União (maio de 2014)	21
IV. Visitas às obras	23
IV.1 Eixo Norte (março de 2013)	23
IV.2 Eixo Leste (abril de 2013)	24
IV.3 Eixos Leste e Norte (dezembro de 2014)	25
V. Situação atual do PISF	26
VI. Conclusões	29

APRESENTAÇÃO

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) e o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF) são iniciativas do Governo Federal sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional (MI) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

De acordo com o MI, o PISF é a iniciativa mais relevante do Governo Federal no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos. Seu objetivo é garantir a segurança hídrica a cerca de 12 milhões de habitantes em 390 municípios dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, além de gerar empregos e promover a inclusão social. O empreendimento tem extensão de 477 km organizados em dois eixos de transferência de água (Norte e Leste). A obra engloba a construção de quatro túneis, 14 aquedutos, nove Estações de Bombeamento e 27 reservatórios. Por sua vez, o PRSF envolve ações de revitalização e recuperação do rio São Francisco através do monitoramento da qualidade da água, do reflorestamento das nascentes, margens e áreas degradadas e do controle de processos erosivos.

Embora as ações de revitalização não sejam, por sua própria natureza, objeto de controvérsia, a transposição do rio São Francisco – que é a forma frequentemente empregada para se fazer referência ao PISF – pode ser considerada, conforme já se indicava no Requerimento nº 514, de 2011, que deu origem a esta Comissão Externa para Acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR), “um dos temas mais polêmicos dos últimos anos em nosso País, gerando acalorados debates em todas as esferas da nossa sociedade”. Mesmo após a construção de um consenso sobre o mérito da transposição

(indicado no Plano de Trabalho da CTERIOSFR), o acompanhamento desses projetos é, sem dúvida, um dos temas mais relevantes para a sociedade brasileira e, em particular, para os Estados diretamente envolvidos com os programas de transposição e revitalização do rio São Francisco.

Para que o Senado Federal pudesse acompanhar de perto essa questão, resguardando os interesses dos Estados e da sociedade brasileira, constituiu-se esta Comissão. Composta de cinco membros Titulares e igual número de Suplentes, seu objetivo, conforme indicado no Requerimento nº 514, de 2011, é:

Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como “Transposição do Rio São Francisco”, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, podendo para tanto realizar audiências públicas e diligências externas, requerer informações, bem como outros atos que julgue necessários para a consecução dos objetivos da Comissão.

Instalada em 13 de novembro de 2012, a Comissão reuniu-se em nove ocasiões, tendo sido apresentados e apreciados vários requerimentos durante seu funcionamento. A Comissão realizou diversas audiências públicas e visitou as obras de transposição do rio São Francisco.

Neste momento, de acordo com o MI, a execução física das obras de transposição do rio São Francisco alcança 67,5% e mais de 11 mil trabalhadores fazem parte da empreitada.

O presente Relatório é uma prestação de contas à sociedade do esforço que o Senado Federal tem dedicado ao acompanhamento das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas

do Nordeste Setentrional e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Descrevem-se aqui os trabalhos realizados pela Comissão, tais como audiências públicas e visitas às obras, e enfatizam-se os problemas indicados pela Comissão e as subsequentes soluções implementadas pelo MI. Em face das relevantes contribuições da Comissão para o andamento das obras e da necessidade de se fixarem padrões de regulação da oferta e do uso da água após a conclusão da transposição, propõe-se, na conclusão deste Relatório Final, a criação de uma nova Comissão para acompanhar o PISF e o PRSF na próxima legislatura.

SENADOR HUMBERTO COSTA

I. HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO

A Comissão Externa para Acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR) foi criada com base no Requerimento nº 514, de 2011, protocolado em 11 de maio daquele ano. Em 21 de março de 2012, o requerimento foi aprovado e, em 13 de novembro daquele mesmo ano, a Comissão foi instalada. O Requerimento nº 514, de 2011, previa um prazo de doze meses para o funcionamento da CTERIOSFR. O Requerimento nº 1.456, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo e outros Senadores, solicitou, nos termos do art. 76, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão até 22 de dezembro de 2014. Esse requerimento foi publicado no Diário do Senado Federal em 12 de dezembro de 2013.

A Composição da Comissão por ocasião de sua 9ª reunião realizada em 6 de maio de 2014 era a seguinte:

Titulares:

- Vital do Rêgo (PMDB), Presidente;
- Cícero Lucena (PSDB), Vice-presidente;
- Humberto Costa (PT), Relator;
- Lídice da Mata (PSB); e
- Paulo Davim (PV);

Suplentes:

- Antonio Carlos Valadares (PSB);
- Benedito de Lira (PP);
- Cássio Cunha Lima (PSDB);
- Ciro Nogueira (PP); e
- Inácio Arruda (PCdoB).

A tabela a seguir indica o número de reuniões da CTERIOSFR entre 2012 e 2014.

Ano	Reuniões
2012	5
2013	3
2014	1
Total	9

II. PLANO DE TRABALHO

Aprovado em 28 de novembro de 2012, o Plano de Trabalho da CTERIOSFR propôs que a Comissão abordasse dois tópicos: o cronograma das obras e a regulação da oferta e do uso da água.

II.1 Cronograma das obras

O objetivo do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) é assegurar oferta de água a cerca de 12 milhões de pessoas residentes em 390 municípios do agreste e do sertão dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Iniciado em 2007, o Projeto foi incluído na lista de prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Na ocasião em que o Plano de Trabalho desta Comissão foi aprovado, previa-se a construção de centenas de quilômetros de canal em dois eixos: Leste e Norte. No início de novembro de 2012, as obras haviam avançado 43% e deveriam estar em andamento em nove lotes, mas estavam estagnadas em quatro deles.

A parte concluída (que foi também a primeira iniciada) era o canal de aproximação, em Cabrobó (PE). O Exército foi o responsável por abrir esse trecho, cuja finalidade é distribuir a água do rio São Francisco para todo o Eixo Norte.

Em novembro de 2012, a previsão de custo da obra havia aumentado de R\$ 4,8 bilhões para R\$ 8,2 bilhões (aproximadamente 71%), conforme noticiado pela imprensa. O Plano de Trabalho registrava que os contratos teriam sido reajustados em até 25%, limite fixado pela Lei nº

8.666, de 21 de junho de 1993 (“Lei de Licitações”). Os reajustes teriam sido, também, autorizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Ainda assim, naquele momento as obras estavam paradas em alguns trechos e o cronograma inicial já havia sido descumprido.

Diante desse diagnóstico, propunha-se que a Comissão fizesse, entre outros, os seguintes questionamentos:

- Qual o cronograma e o custo previstos para as obras?
- Qual o gasto até o momento? Comparar o custo previsto, o gasto efetuado e o que falta para concluir a obra.
- Foram realizados aditamentos, revisões contratuais e aplicadas sanções?
- Quais foram as auditorias realizadas, as que estão em andamento e as previstas? Quais foram os encaminhamentos realizados a partir dessas auditorias?
- Como está sendo realizado o acompanhamento e o monitoramento das obras?
- Quais os mecanismos propostos para adequar as obras ao projeto inicial?
- Por que as empresas abandonaram as obras?
- Os custos equivalem ao estimado? Se não, por quê?

- Não estaria ocorrendo um problema recorrente, em que as empresas que disputam licitações estabelecem preços baixos para ganhar a licitação, na esperança de contar com os reajustes?
- Quem será o responsável pelos custos associados à deterioração das obras que estão paradas?
- Qual o cronograma factível para o término das obras?
- O que é necessário fazer para que esse cronograma seja cumprido? São necessárias mudanças legais?

Para responder a esses questionamentos, o Plano de Trabalho indicava ser do interesse da Comissão realizar uma série de audiências com os seguintes órgãos:

- Ministério da Integração Nacional (MI);
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG);
- Ministério da Defesa (Exército);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Controladoria Geral da União (CGU);
- Representantes das empresas contratadas; e

- Outros que a Comissão avaliasse que seriam importantes para o debate.

O Plano de Trabalho sugeria ainda que a Comissão visitasse as obras, tanto nos locais onde a execução estava em fase adiantada, como nos locais onde estavam atrasadas ou interrompidas. Para essa ação, indicava-se que era possível que a Comissão solicitasse a cessão de funcionários dos órgãos públicos para prestar esclarecimentos e acompanhar as visitas, tornando-as mais produtivas. Previa-se também audiências públicas nas Assembleias Legislativas dos Estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte e visitas a seus Governadores.

II.2 Questão regulatória

A respeito da questão regulatória, o Plano de Trabalho destacava, inicialmente, a diferença conceitual entre a aplicação de recursos públicos na implantação de sistemas de transposição de água entre bacias hidrográficas e o dispêndio de natureza continuada de recursos públicos na operação e manutenção destes sistemas.

Desde que tenha sido obtido um acordo entre a população da bacia doadora e aquela a ser beneficiada na bacia receptora, a implantação da infraestrutura hídrica necessária à movimentação de água pode ser compreendida como um gasto típico de recursos públicos.

Afinal, assegurar a disponibilidade de água, com segurança e a custos razoáveis, é uma responsabilidade própria do Estado, principalmente quando há uma evidente escassez relativa de água na bacia receptora. Assim, esse tipo de investimento é elegível para a ação governamental e recebe o mesmo tipo de questionamento quanto à urgência e relevância que

é feito na discussão de qualquer gasto expressivo de recursos financeiros pela administração pública.

Situação inversa, no entanto, se observa quando a discussão se refere à operação e manutenção de sistemas de movimentação de água de uma bacia à outra, pois a água é um bem econômico e sua utilização gera benefícios econômicos a serem apropriados pelos usuários na bacia receptora, ou seja, por agentes privados.

Desse modo, a utilização de água na geração de energia hidroelétrica, na irrigação ou no abastecimento às famílias e empresas acarreta custos e gera benefícios. Ainda que os custos principais sejam relativos ao funcionamento do sistema, com destaque para os de bombeamento de água, os benefícios são sempre identificáveis e perfeitamente mensuráveis.

Dessa questão decorre a indagação decisiva e que se refere à razão de ser do uso continuado de recursos públicos na geração de benefícios econômicos a serem apropriados por indivíduos, famílias ou entidades e empresas. Assim, é muito difícil justificar a concessão de subsídios para o custeio permanente do fornecimento de água. Afinal, se a água tem valor econômico, cabe aos que dela se aproveitam o pagamento pelos custos para seu fornecimento. Ou seja, seria inaceitável socializar, como encargo de todos os contribuintes, o custo parcial ou total de fornecimento de água a alguns usuários.

Além de perverso do ponto de vista distributivo, o acesso à água a um custo menor que seu valor econômico é fonte de desvios e ineficiência, o que, mais cedo ou mais tarde, conspirará contra a manutenção da eventual concessão de subsídios governamentais.

Portanto, na discussão do tema da transposição de águas, o Plano de Trabalho da Comissão estabelecia que era fundamental centrar o debate em três questões:

- Qual será o custo de bombeamento da água e o da construção e manutenção da infraestrutura de engenharia hidráulica?
- Quem serão os beneficiários e usuários da água a ser transposta?
- Sobre a perenidade da oferta de água, isto é, se haverá o recurso natural a ser distribuído.

A importância dessa questão deriva do fato de que qualquer transposição pode ser implantada, sob a dimensão de engenharia hidráulica. Ou seja, não há qualquer impedimento de engenharia para trazer água de outras bacias para as principais bacias nordestinas, pois o desafio maior não está na implantação das obras.

Caso a água se destine à irrigação, será indispensável a implementação de uma política agrícola apropriada, com formação técnica dos agricultores, com assistência técnica e apoio financeiro, além da implantação de canais de comercialização e a garantia de manutenção dos mananciais.

A tarifação correta da água atenderá a dois parâmetros de sustentabilidade do sistema: de um lado, estimular o uso eficiente dos recursos hídricos e, de outro lado, assegurar recursos para a manutenção da infraestrutura e para o custeio dos gastos de natureza operacional.

Em todo o mundo, tem-se verificado que o sucesso de uma transposição, com a maximização de seus impactos positivos nas bacias receptoras e a minimização de seus impactos negativos nas bacias doadoras, é um desafio que extrapola a dimensão física de obras, barragens, canais e sistemas de elevação e bombeamento.

Assim, destacava-se, no Plano de Trabalho, ser de suma importância discutir a regulação do sistema. Propunha-se, então, a realização de audiências com:

- Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Agência Nacional de Águas (ANA);
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf);
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);
- Especialistas que estudam a regulação do uso da água; e
- Outros que a Comissão avaliasse que seriam importantes para o debate.

Assim, em resumo, o Plano de Trabalho da Comissão estabelecia que seu objetivo central era a fiscalização do cumprimento do cronograma das obras, cuja conclusão estava prevista para 2015, e o debate sobre os marcos da questão regulatória do sistema de abastecimento que será gerado, de forma a garantir a sustentabilidade da transposição.

III. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS¹

Descrevem-se, a seguir, as audiências públicas realizadas pela Comissão, enfatizando-se os problemas indicados e as subsequentes soluções implementadas pelo Ministério da Integração Nacional. Os detalhes relativos a cada audiência estão disponíveis nas atas das reuniões da Comissão.

As primeiras audiências públicas resultaram dos requerimentos relacionados abaixo, que foram apresentados pelo Relator na 3ª Reunião da Comissão, realizada em 28 de novembro de 2012:

- Requerimento nº 001/12: requer a realização de audiência pública para debater este tema com representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU). A autoria: Senador Humberto Costa.
- Requerimento nº 002/12: requer a realização de audiência pública para debater este tema com representantes do Ministério da Defesa (Comando do Exército). A autoria: Senador Humberto Costa.
- Requerimento nº 003/12: requer a realização de audiência pública para debater este tema com representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). A autoria: Senador Humberto Costa.

¹¹ Além das audiências indicadas nesta seção, representantes da CTERIOSFR participaram também de audiências sobre o tema em Monteiro (PB). Nesses casos, porém, os eventos não foram organizados pela Comissão.

- Requerimento nº 004/12: requer a realização de audiência pública para debater este tema com representantes do Ministério da Integração Nacional (MI). Autoria: Senador Humberto Costa.

Conforme se pode observar a seguir, todas as instituições mencionadas participaram de audiências públicas realizadas pela Comissão. Foi ainda realizada uma audiência pública com empresas contratadas para as obras. Além disso, ocorreu uma audiência da Comissão em Serra Talhada (PE). Na ocasião, discutiram-se as repercussões do processo de transposição sobre a região.

III.1 Ministério da Integração Nacional, Ministério da Defesa e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (dezembro de 2012)

A audiência pública ocorreu em 11 de dezembro de 2012, durante a 4ª Reunião da CTERIOSFR em Brasília.

Convidados:

- Ministro Fernando Bezerra Coelho, Ministério da Integração Nacional (MI);
- General de Exército Joaquim Maia Brandão Júnior, Chefe do Departamento de Engenharia e Construção, Representando o Ministério da Defesa; e
- Roberto Nami Garibe Filho, Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento – Substituto, Representando

o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

O propósito central dessa audiência foi examinar os motivos do atraso nas obras e discutir as soluções que podem contribuir para a aceleração do cronograma. Na ocasião, destacou-se a importância do PISF para a Região Nordeste do Brasil e foi apresentada uma descrição detalhada do projeto. Apresentaram-se também informações sobre o avanço físico das obras e sobre seu cronograma de execução. Discutiram-se as estimativas de custos apresentadas para o Projeto, bem como o papel do Exército Brasileiro no PISF. Discutiui-se também a articulação do PISF com o PAC, uma vez que o Projeto consta da lista de prioridades do Programa.

Ponderou-se que a urgência inicial em relação ao início das obras pode ter motivado a aprovação de projetos básicos e executivos com imperfeições. Além disso, a ausência de estudos mais aprofundados sobre as condições do solo, além de restrições nas regras de licitação dificultaram contratações em bases mais realistas. O atraso das obras foi também associado, em alguns casos, a dificuldades com as licenças ambientais e a problemas fundiários. Observou-se que o lote de obras sob a responsabilidade do Exército avançou no ritmo esperado. Nesse caso, porém, trata-se de um trecho que envolveu serviços mais simples e que foi iniciado antes dos demais.

III.2 Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União (dezembro de 2012)

A audiência pública ocorreu em 12 de dezembro de 2012, durante a 5ª Reunião da CTERIOSFR em Brasília.

Convidados:

- Luiz Claudio de Freitas, Diretor de Auditoria de Programas da Área de Infraestrutura, representando a Controladoria Geral da União (CGU); e
- Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Titular da Secretaria de Fiscalização de Obras 4 (Secob-4), representando o Tribunal de Contas da União (TCU).

Nessa audiência, cujo foco foi o acompanhamento da transposição do rio São Francisco sob o ponto de vista dos órgãos de controle, sintetizou-se como a CGU tem empreendido esforços e priorizado, em suas ações, o acompanhamento do PISF. Discutiu-se ainda como o TCU vem fiscalizando a evolução das obras associadas ao projeto.

Na ocasião, os representantes da CGU e do TCU argumentaram que a previsão de que em 2015 o PISF estará concluído está associada a duas ações do Governo Federal: melhoria na gestão de contratos por parte do Ministério da Integração Nacional e reforço na supervisão e no acompanhamento dos trabalhos. De acordo com o representante da CGU, “por mais que haja licitações bem acabadas e contratos bem formulados, o que vai determinar o prazo é o sucesso do modelo de gestão apresentado. Já houve déficits de gestão consideráveis no projeto. A questão financeira não tem se mostrado obstáculo: o fluxo é recorrente, e as empresas têm interesse em executar a obra e têm interesse em receber”. Já a representante da CGU argumentou que pode haver atrasos no cumprimento do cronograma se não houver o devido acompanhamento e fiscalização.

III.3 Empresas contratadas (fevereiro de 2013)

A audiência pública ocorreu em 19 de fevereiro de 2013, durante a 6ª Reunião da CTERIOSFR em Brasília.

Convidados:

- Adriano Fernandes, representante da Carioca Engenharia;
- Willian Tannus, representante do Grupo Serveng;
- Cassio Vitorri, representante da S/A Paulista Construções e Comércio;
- Elmar Varjão, Diretor Superintendente do Nordeste da Construtora OAS e, na audiência pública, representando também o grupo Coesa; e
- Alfredo Moreira Filho, representante da Construtora Barbosa Mello.

Nessa audiência, discutiram-se as razões pelas quais houve um processo lento de andamento em alguns lotes e por que alguns deles foram paralisados. As construtoras apontaram os problemas sob seu ponto de vista. Esses problemas envolveram, segundo os representantes das empresas, inconsistências no projeto básico, planilhas orçamentárias discrepantes da realidade da obra e pendências de ordem fundiária e ambiental.

Na reunião em que ocorreu essa audiência, foi apresentado o requerimento abaixo:

- Requerimento nº 005/13: requer seja encaminhada a essa Comissão cópia dos contratos e aditivos referentes a todos os lotes do projeto de transposição do Rio São Francisco. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.

O propósito desse requerimento foi aprofundar o entendimento sobre as razões da lentidão do andamento das obras em alguns lotes e por que alguns deles foram paralisados.

III.4 Audiência Pública em Serra Talhada (PE) (agosto de 2013)

A audiência pública ocorreu em 30 de agosto de 2013, na cidade de Serra Talhada, em Pernambuco. O requerimento que lhe deu origem, apresentado na 7ª Reunião da CTERIOSFR, está transcrito a seguir:

- Requerimento nº 006/13: requeiro, nos termos do art. 74, II, combinado com o art. 90, II e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública desta Comissão na cidade de Serra Talhada – PE, com a finalidade de discutir o andamento da obra da Transposição do Rio São Francisco, bem como as obras de segurança hídrica, tal como da Adutora do Agreste. Autoria: Senador Humberto Costa.

A audiência contou com a participação dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa e foi precedida por uma visita desses Parlamentares aos trechos da obra no Município de Custódia. Compareceram ao evento políticos da região e representantes do Ministério

da Integração Nacional e da Procuradoria da República. Na ocasião, discutiram-se as repercussões do processo de transposição sobre a região.

III.5 Ministério da Integração Nacional (dezembro de 2013)

A audiência pública ocorreu em 10 de dezembro de 2013, durante a 8ª Reunião da CTERIOSFR em Brasília.

Convidado:

- Ministro Francisco José Coelho Teixeira, Ministério da Integração Nacional (MI).

Nessa audiência, foi apresentado o Balanço das Obras de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Na ocasião, discutiu-se o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e o papel da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) como operadora federal desse sistema.

III.6 Ministério da Integração Nacional, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União (maio de 2014)

A audiência pública ocorreu em 6 de maio de 2014, durante a 9ª Reunião da CTERIOSFR em Brasília.

Convidados:

- Ministro Francisco José Coelho Teixeira, Ministério da Integração Nacional (MI);

- Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União (TCU); e
- Wagner Rosa da Silva, Diretor de Auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União (CGU).

Na ocasião, discutiu-se o andamento das obras de transposição do rio São Francisco. A representante do TCU destacou a importância da interação do Tribunal com a equipe do Ministério da Integração Nacional em face da magnitude do projeto. Destacou-se a necessidade de interação com o operador federal do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional conforme estabelecido no Decreto nº 8.207, de 13 de março de 2014. Discutiu-se a importância do acompanhamento das obras complementares que compõem os subsistemas do PISF. Destacou-se que a interlocução do Ministério da Integração Nacional com os órgãos de controle contribuiu para sanar eventuais irregularidades e para evitar paralisações.

IV. VISITAS ÀS OBRAS

Além das audiências públicas que promoveu, a Comissão teve a oportunidade de visitar as obras em três ocasiões.² Essas visitas complementam os relatos apresentados nas audiências, uma vez que permitem uma visão mais direta e apurada do significado das obras de transposição do rio São Francisco. Nesta seção, descrevem-se as principais conclusões dessas visitas.

IV.1 Eixo Norte (março de 2013)

Em 7 e 8 de março de 2013, uma delegação da CTERIOSFR visitou as obras no Eixo Norte, ouvindo membros do Governo Federal e representantes de órgãos de controle e das empresas envolvidas na construção. O Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, participou da visita.

No dia 7 de março, o grupo visitou as obras do Túnel Cuncas I, no Município de São José de Piranhas, na Paraíba. Trata-se de uma obra de grande magnitude situada em um trecho fundamental para o conjunto das intervenções. Foi possível observar que a perfuração é feita na rocha maciça, avançando a um ritmo de cerca de quatro metros por dia. Na ocasião, um terço do túnel já estava concluído. Do outro lado da rocha, no Município de Mauriti, no Ceará, a delegação visitou o Túnel Cuncas II, de 4 km de extensão e já praticamente finalizado. Os dois túneis juntos formarão o maior túnel da América Latina para transporte de água.

² As visitas registradas nesta seção envolveram uma delegação da CTERIOSFR. O Relator da Comissão, entretanto, visitou as obras em outras ocasiões. Esse é o caso, por exemplo, da visita ocorrida em maio de 2014, durante a qual o Senador Humberto Costa e outros Parlamentares acompanharam o Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, em uma inspeção nas obras da Adutora do Jatobá, na região da cidade de Ibirimir (PE).

No dia 8 de março, a delegação dirigiu-se para a barragem de Jati, que fica a 525 quilômetros de Fortaleza. Havia, na ocasião, cerca de 150 homens e 87 máquinas trabalhando na limpeza e no preparo da área. No local, estava sendo construída uma sequência de seis barragens e recuperava-se uma barragem já existente. Em seguida, o grupo conheceu a estação de bombeamento EBI3, situada a 20 quilômetros do Município de Salgueiro, em Pernambuco. Essa estação deverá bombear água a 90 metros de altura, possibilitando então o escoamento até o Rio Grande do Norte apenas com a força da gravidade. Em seguida, o grupo dirigiu-se ao Município de Cabrobó, em Pernambuco, para visitar outra estação de bombeamento (EBI1). Trata-se de um trecho muito importante por ser o local de captação da água do rio São Francisco.

IV.2 Eixo Leste (abril de 2013)

Em 19 de abril de 2013, uma delegação da CTERIOSFR visitou as obras no Eixo Leste. O grupo sobrevoou trechos do Eixo Leste nas cidades de Floresta e Sertânia, em Pernambuco, e de Monteiro e Campina Grande, na Paraíba.

Em Floresta (PE), a delegação da Comissão vistoriou as obras da Estação de Bombeamento nº 1, em construção pelo Exército e com 97% das obras concluídas. Na ocasião, o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, assinou o termo de aceitação da entrega do canal de aproximação do Eixo Leste. A Comissão sobrevoou os lotes 9 e 13, cujas obras estavam suspensas na ocasião (embora se previsse sua retomada a curto prazo após a conclusão do processo licitatório).

A delegação visitou também uma exposição fotográfica do Programa de Arqueologia, que faz parte de uma das 38 estratégias socioambientais desenvolvidas no âmbito do Projeto.

Finalmente, em Monteiro, na Paraíba, a delegação acompanhou uma audiência pública (itinerante) na Câmara Municipal, realizada pela Assembleia Legislativa do Estado. Nessa audiência, discutiu-se o andamento das obras.

IV.3 Eixos Leste e Norte (dezembro de 2014)

Mais recentemente, em 8 de dezembro de 2014, uma delegação da CTERIOSFR fez nova visita técnica às obras do empreendimento nas cidades paraibanas de Monteiro e São José de Piranhas e sobrevoou de helicóptero o Município de Mauriti, no Ceará. Assim como nas visitas anteriores, o Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, participou da visita.

O grupo iniciou a agenda de trabalho no Eixo Leste, em Monteiro (PB), e acompanhou a execução do túnel Engenheiro Giancarlo de Lins Cavalcanti (antigo túnel Monteiro) e da galeria Monteiro, outra estrutura de engenharia. Foi possível constatar que quase 130 trabalhadores atuam, em dois turnos de serviço, para executar as estruturas, que contam com 84 máquinas em operação. O túnel possui mais de 150 metros escavados e terá três quilômetros de extensão. Em seguida, a delegação seguiu para o Eixo Norte do projeto, tendo sobrevoado as obras que passam por Mauriti (CE).

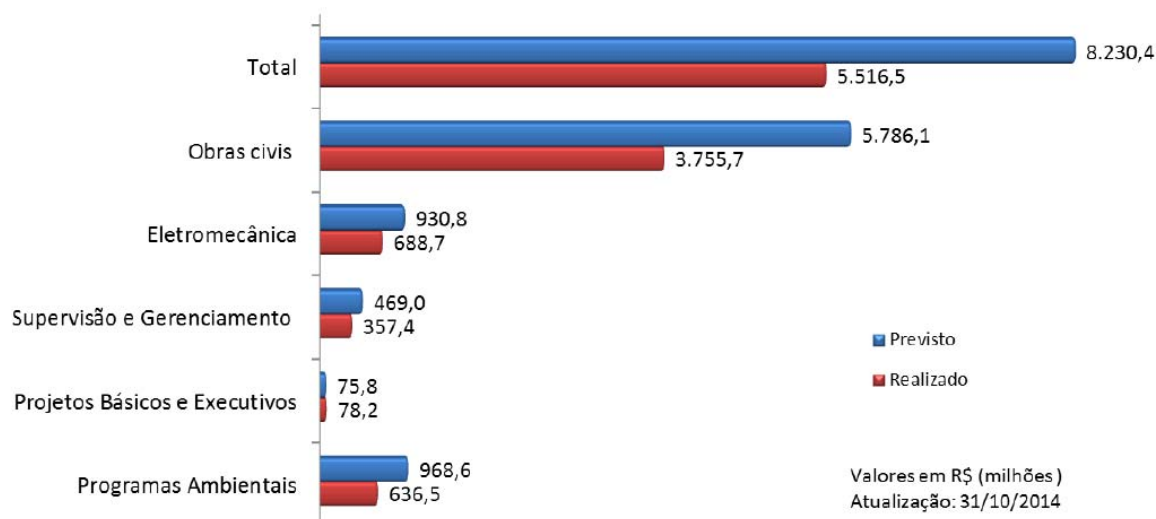
V. SITUAÇÃO ATUAL DO PISF

Entre a aprovação do Plano de Trabalho da CTERIOSFR, em novembro de 2012, e outubro de 2014, houve um avanço significativo do PISF. Nesta seção, registra-se sua situação atual com base no Sumário Executivo do Projeto de Integração do Rio São Francisco, editado em outubro de 2014 pelo Ministério da Integração Nacional.

De acordo com esse documento, a execução física do PISF alcançou, em outubro de 2014, 67,5%. O Eixo Leste conta com 67,1% de execução e o Eixo Norte, com 67,8%. Esses percentuais correspondem à evolução dos projetos executivos, das obras civis, das instalações eletromecânicas e das ações ambientais.

No Sumário Executivo, destaca-se que, em outubro de 2014, foi iniciado o bombeamento no Eixo Leste, com enchimento das estruturas da Meta 1 Leste, composta por canais e pelo reservatório Areias. No Eixo Norte, o destaque foi a conclusão das escavações do Túnel Cuncas I.

O gráfico a seguir, também extraído do Sumário Executivo do PISF editado pelo Ministério da Integração Nacional, indica a execução financeira do Projeto, considerando investimentos em obras civis, equipamentos eletromecânicos, supervisão, gerenciamento, projeto e ações ambientais.



Conforme se pode observar, o orçamento total previsto para o Projeto alcança R\$ 8.230,4 milhões. Desse total, R\$ 5.516,5 milhões já foram realizados. Preveem-se, para os investimentos em obras civis, R\$ 5.786,1 milhões. Nessa rubrica, os valores realizados alcançaram, no final de outubro de 2014, R\$ 3.755,7 milhões, que correspondem a cerca de 65% dos valores previstos.

O Projeto registrava, em outubro deste ano, 11.295 trabalhadores contratados para atuarem nas obras. O gráfico a seguir mostra que esse indicador alcançou seus valores máximos no segundo semestre de 2014.



Além disso, alguns lotes de obras estão em funcionamento 24 horas por dia, e registravam-se, no mês de referência do documento, 3.878 máquinas em operação nas frentes de serviço.

VI. CONCLUSÕES

Ao longo de cerca de dois anos de funcionamento, a Comissão Externa para Acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR) ajudou a identificar problemas e a propor soluções para que as obras de transposição do rio São Francisco pudessem avançar no ritmo que a sociedade brasileira deseja. Para isso, a Comissão reuniu-se em nove ocasiões, realizou diversas audiências públicas e visitou as obras associadas ao Projeto.

Conforme se evidenciou neste Relatório Final, a Comissão permitiu que o Senado Federal exercesse seu papel de fiscalização e, ao mobilizar diversas instituições em audiências públicas, seguramente contribuiu para uma melhor articulação entre o Governo Federal, os órgãos de controle e as empresas envolvidas na execução das obras.

Na ocasião em que o Plano de Trabalho desta Comissão foi aprovado, previa-se a construção de centenas de quilômetros de canal em dois eixos: Leste e Norte. No início de novembro de 2012, o progresso físico do PISF situava-se em 43% e as obras, que deveriam estar em andamento em nove lotes, estavam estagnadas em quatro deles.

Atualmente, de acordo com Sumário Executivo do Projeto de Integração do Rio São Francisco editado em outubro de 2014 pelo Ministério da Integração Nacional (MI), a execução física do PISF atinge 67,5%. Esse mesmo documento mostra que, no segundo semestre de 2014, a contratação de mão de obra e o número de máquinas em operação nas frentes de serviço alcançaram seus valores mais elevados. Neste momento, mais de 11 mil trabalhadores fazem parte da empreitada.

É claro que esse avanço significativo em dois anos é o resultado dos esforços de um conjunto de instituições e da própria sociedade brasileira e reflete um processo de aprendizado pelo qual passaram as instituições envolvidas. Considerando a magnitude da obra, houve dificuldades iniciais decorrentes, por exemplo, de imperfeições nos projetos básicos e executivos e da falta de conhecimento sobre a composição do solo. O atraso das obras foi também associado, em alguns casos, a restrições nas regras de licitação, a dificuldades com as licenças ambientais e a problemas fundiários. O Senado Federal, através desta Comissão, contribuiu para a superação desses problemas ao exercer seu papel de fiscalização e ao articular as instituições envolvidas com o PISF.

Apesar de todos esses avanços, o Senado Federal tem ainda muito a contribuir com esse processo. Em primeiro lugar, é preciso prosseguir acompanhando as obras de transposição, cuja conclusão está prevista para 2015, e de revitalização, que são requisito para a oferta abundante de recursos hídricos depois de terminadas as obras. Para isso, é necessário preservar a interlocução da Comissão com aqueles que já participaram de suas audiências públicas e auscultar outros segmentos da sociedade direta ou indiretamente envolvidos com o processo. Adicionalmente, é preciso converter o aprendizado acumulado com o acompanhamento do PISF em proposições legislativas que contribuam para uma melhor e mais célere aplicação dos recursos destinados a grandes projetos de investimentos do Governo Federal. Por fim, o Senado Federal pode contribuir para a definição de um padrão de regulação capaz de garantir a sustentabilidade do processo após a conclusão da transposição. Essas questões vão se tornando mais definidas à medida que a obra aproxima-se de sua conclusão.

Concluimos este relatório com a sensação de dever cumprido, mas, ao mesmo tempo, antevendo os novos desafios que a próxima legislatura deverá enfrentar para que o Senado Federal continue contribuindo com o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e com o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. É por essa razão que propomos a criação de uma nova Comissão para acompanhar essas iniciativas na próxima legislatura. Entendemos que a continuidade dos trabalhos desta Comissão não somente contribuirá para um melhor andamento dessas iniciativas, como permitirá o transbordamento dos resultados alcançados para outras ações do Governo Federal que envolvam grandes projetos de interesse da população brasileira.